



## RELAÇÕES EXTERIORES

# EUA aumentam sanções e renovam ameaças

Governo americano anuncia represália à advogada Viviane Barci, esposa de Moraes, e ao AGU, Jorge Messias. Gestão Trump avisa que continuará mirando em quem colaborar com o ministro do STF. Autoridades e instituições brasileiras reagem à intimidação

» WAL LIMA  
» ALÍCIA BERNARDES

O governo dos Estados Unidos anunciou retaliações contra autoridades brasileiras e seus familiares, em nova etapa das represálias ao país devido a punições ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Foram revogados os vistos de entrada do advogado-geral da União, Jorge Messias, e de outras seis pessoas. A gestão Trump ainda sancionou a advogada Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), com base na Lei Global Magnitsky. A empresa Lex Instituto de Estudos Jurídicos, da qual ela e os filhos são sócios, também foi atingida. A nova ofensiva coincide com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em território americano para participar da Assembleia-Geral da ONU. É a primeira viagem do chefe do Executivo aos EUA após a crise com o governo Trump, que impôs tarifaço a produtos brasileiros também supostamente em reação aos processos contra Bolsonaro.

Nas redes sociais, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, comentou as sanções, em um post com tom de ameaça. “Que isso seja um alerta para outros que ameacem os interesses dos EUA protegendo e habilitando atores estrangeiros, como Moraes: vocês serão responsabilizados”, escreveu.

O secretário do Tesouro norte-americano, Scott Bessent, seguiu a mesma linha e ressaltou que os EUA continuarão “a mirar indivíduos que fornecem apoio material a Alexandre de Moraes enquanto ele abusa dos direitos humanos”. “Alexandre de Moraes é responsável por uma campanha opressiva de censura, detenções arbitrárias e processos politizados — incluindo contra o ex-presidente Jair Bolsonaro”, acrescentou. O magistrado do STF é o relator do processo que condenou o ex-chefe do Executivo a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado, entre outros crimes.

Moraes reagiu por meio de nota oficial. Classificou a decisão de “ilegal e lamentável” e afirmou que a

Reprodução/TSE



**Independência do Judiciário, coragem institucional e defesa à soberania nacional fazem parte do universo republicano dos juizes brasileiros, que não aceitarão coações ou obstruções no exercício de sua missão constitucional conferida soberanamente pelo povo brasileiro”**

**Alexandre de Moraes,**  
ministro do STF

ampliação da lei “violenta o direito internacional, a soberania do Brasil e a independência do Judiciário”. Ele destacou que “juizes brasileiros não aceitarão coações ou obstruções no exercício de sua missão constitucional” e reiterou que continuará atuando com “independência e imparcialidade”.

O STF também se pronunciou, considerando a medida “injusta” e sem fundamento. Segundo a Corte, a iniciativa dos Estados Unidos se baseia em “narrativas falsas” sobre o julgamento de Bolsonaro e de outros condenados por atentar contra a democracia. O tribunal afirmou que o processo foi conduzido de acordo com os ritos constitucionais e apoiado em provas documentais.

### “Indignação”

O Ministério das Relações Exteriores emitiu nota na qual disse receber com “profunda indignação” as novas sanções e considerou a medida como “ingerência indevida em assuntos internos”. O comunicado frisou que a decisão “ofende os 201

### Dupla graduação

Advogada formada pela Faculdade de Direito da Universidade Paulista (Unip) e com graduação em Propaganda e Marketing pela Faculdade de Publicidade da Universidade Paulista (Unip), Viviane Barci de Moraes é sócia do escritório Barci de Moraes Sociedade de Advogados, em São Paulo. O escritório, que ainda conta com dois dos três filhos do magistrado, atua em ações constitucionais, administrativas, cível, penal, empresarial, licitações e contratos, parcerias público-privadas e relações governamentais.

anos de amizade entre os dois países” e reiterou que “o Brasil não se curvará a mais essa agressão”.

Em comunicado, Jorge Messias declarou que as medidas representam “um desrespeito conjunto de

ações unilaterais, totalmente incompatíveis com a pacífica e harmoniosa condução de relações diplomáticas e econômicas edificadas ao longo de 200 anos”. Messias acrescentou que seguirá desempenhando suas funções “em nome e em favor do povo brasileiro”.

As sanções anunciadas pelos Estados Unidos atingem autoridades brasileiras de diferentes setores, incluindo Judiciário, Ministério Público e AGU. Desde julho, oito ministros do STF tiveram o visto para os EUA cancelado: além de Moraes, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Dias Toffoli, Cristiano Zanin, Flávio Dino, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. Segundo a Casa Branca, as medidas estão ligadas à atuação do STF em processos envolvendo Bolsonaro e os extremistas do 8 de Janeiro. Não foram incluídos na lista os ministros André Mendonça, Nunes Marques nem Luiz Fux — que votou na Primeira Turma do STF pela absolvição de Bolsonaro.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet Branco, e, agora, o

AGU, Jorge Messias, também tiveram seus vistos cancelados. Outros nomes alvos da sanção são o ex-AGU José Levi — que em 2022 chefiou a secretaria-geral da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), à época, sob comando de Moraes —; o ministro Benedito Gonçalves, relator das ações de investigação eleitoral no TSE que resultaram na inelegibilidade de Jair Bolsonaro; e da mulher e da filha do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, por causa do programa Mais Médicos — na ocasião da sanção, o titular da pasta estava com o visto vencido.

Três magistrados que atuaram como juizes auxiliares de Moraes no STF e no TSE também perderam seus vistos: Airton Vieira, desembargador do TJ/SP, que foi juiz insubstituto no Supremo; Marco Antonio Martin Vargas, desembargador do TJ/SP e auxiliar de Moraes no TSE durante as eleições de 2022; e Rafael Henrique Janela Tamai Rocha, juiz-auxiliar no STF que conduziu audiências de instrução nos processos sobre o 8 de janeiro.

### Memória

## Moraes e a Lei Magnitsky

*O governo dos Estados Unidos anunciou, em 30 de julho, punição ao ministro Alexandre de Moraes com a Lei Magnitsky. Foi a primeira autoridade de um país democrático a ser punida com as sanções previstas na norma, criada para restringir direitos de violadores graves dos direitos humanos.*

*A Lei Magnitsky prevê como punições a proibição de entrada nos Estados Unidos, o bloqueio de bens e propriedades em território americano e a proibição extraterritorial de prestação de serviços por empresas com sede nos Estados Unidos aos alvos da punição.*

## NAS ENTRELINHAS



**Por Luiz Carlos Azedo**  
luizazedo.df@dabr.com.br

## Manifestações de domingo foram resposta à impunidade e ao golpismo

O vento mudou na política, agora favorece mais à esquerda do que à direita, porque a oposição entrou em confronto com o espírito democrático e patriótico da maioria da população. As manifestações de domingo contra a PEC da Blindagem e o PL da Anistia marcaram esse ponto de inflexão. A entropia, o fisiologismo e o patrimonialismo, anabolizados pelas emendas parlamentares, são protagonizados por políticos ligados a velhas oligarquias, cuja reeleição não depende da opinião pública nem de redes sociais, mas de tradicionais “currais eleitorais”. Agora, a Câmara descobriu que ainda existe no Brasil uma sociedade civil organizada, capaz de se indignar. Eleito pelo voto majoritário, cabe ao Senado corrigir o rumo do Congresso.

Foi essa indignação que tirou a esquerda do canto do ringue e

possibilitou que um amplo leque de associações, entidades e movimentos organizassem, em apenas 72 horas, as grandes manifestações do fim de semana passado contra a impunidade e o golpismo. Em 33 cidades, incluindo todas as capitais, multidões deixaram claro que não aceitam impunidade nem retrocessos. Sem anistia, nem blindagem para corruptos, foi esse o cristaliado recado dado. Foi uma espécie de “assim também já é demais”, como cantava a Clementina de Jesus.

Na Avenida Paulista, em São Paulo, cerca de 42 mil pessoas se reuniram, número comparável aos atos bolsonaristas do 7 de Setembro. No Rio, a orla de Copacabana também recebeu 42 mil manifestantes. Em Brasília, a Esplanada dos Ministérios foi tomada por milhares que marcharam até o Congresso. Salvador, Belo

Horizonte, Porto Alegre, Recife e Belém completaram o mapa das mobilizações. A convocatória partiu de frentes sociais, sindicatos e partidos de esquerda, mas ganhou visibilidade com artistas como Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil, Djavan, Paulinho da Viola, Chico César, Daniela Mercury e Wagner Moura.

O estopim da mobilização não foi apenas a pauta do Congresso, mas também o somatório de fatos recentes que indignaram a opinião pública. A bandeira dos Estados Unidos erguida em ato bolsonarista na Paulista foi vista como afronta à soberania. O projeto de anistia ao ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado pelo STF a 27 anos e três meses de prisão, sou como traição à democracia. A tentativa de golpe de 8 de janeiro, cujas imagens estão na memória da população, assim como acontece com

a pandemia durante o governo Bolsonaro, foi amplamente repudiada.

A gota d’água foi a PEC da Blindagem, que consolidou a percepção de que os deputados se consideram acima de todos. O Congresso hoje é o mais distante dos Poderes, quando deveria ser o contrário; mesmo assim, quer ser intocável. O deputado gaúcho Alcibio “Bibo” Nunes, vice-líder do PL, chegou a ser descarado: “Tenho dois processos em andamento, cada um pede 1 milhão. Eu quero é estar blindado. Viva a blindagem!”.

### Bilhões e bilhões

As principais forças ocultas da PEC da Blindagem são mesmo aquelas que estão na mira das investigações sobre o orçamento secreto. O STF identificou quase uma centena de deputados e senadores envolvidos em situação gravíssima, com bilhões de reais de origem e destino incertos. Nos últimos seis anos, R\$ 186,3 bilhões foram distribuídos em emendas sem transparência — valor equivalente a US\$ 34 bilhões. É muito dinheiro,

muito mesmo. Um mosaico de 6 mil emendas sob suspeita revela um padrão de corrupção naturalizada: suborno, peculato, lavagem de dinheiro, fraude em licitações. Esses deputados deveriam se dar por satisfeitos porque a imunidade parlamentar lhes garante o sigilo dos inquéritos, mas querem mais: impedir que investigações sejam realizadas.

Na semana passada, novos inquéritos foram abertos sobre 148 casos, somando R\$ 85,4 milhões em desvios, destacou José Casado, colunista da Veja, ontem. A lista de crimes citada pelo STF inclui peculato, corrupção e desobediência a ordem judicial. É um retrato devastador das legislaturas de 2019 e 2023, marcadas pela apropriação privada de recursos públicos, uma conta que põe na berlinda o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL). A PEC da Blindagem surge como reação a esse cerco judicial. A votação mostrou que o cretinismo parlamentar contamina o Congresso.

Desde o Natal, Lira articulava a aprovação da PEC da Blindagem, que ocorreu com folga de 45 votos,

juntando parlamentares de todos os matizes: extrema-direita bolsonarista, Centro e apoio de parte da esquerda. Houve um pacto perverso entre deputados enrolados e bolsonaristas-raiz para aprovar de roldão, no mesmo pacote, a impunidade e a anistia, aproveitando-se do caldo de cultura de um Parlamento cada vez mais corporativista e descolado dos interesses dos eleitores que deveria representar. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em minoria no Congresso, ficou olhando o circo pegar fogo.

O episódio expôs, mais uma vez, a fragilidade do jovem presidente da Câmara, Hugo Motta (PR-PB). Em março, ele havia sido atropelado por bolsonaristas que tentaram pautar a anistia. Os protestos foram uma reação quase espontânea a um Congresso que insiste em legislar para si mesmo enquanto ignora a sociedade. Foram também demonstração de força popular em defesa do STF, das instituições e da democracia. As ruas devolveram o cinismo com indignação. Qualquer tentativa de blindagem ou anistia enfrentará resistência e estará fadada ao fracasso.